

CARLE, Cláudio Baptista. – Identidade M'Bya Guarani na memória das fronteiras e do patrimônio. *Sapiens: História, Patrimônio e Arqueologia*.

[Em linha]. N.º 5 (Setembro 2011), pp. 50-66. URL: http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero5/identidade_mbya_guarani_na_memoria_das_fronteras_e_do_patrimonio.pdf

IDENTIDADE M'BYA GUARANI NA MEMÓRIA DAS FRONTEIRAS E DO PATRIMÔNIO

Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle¹

Resumo: Análise do processo de apropriação temporal do patrimônio arqueológico missioneiro, jesuítico-guarani, no Brasil meridional, realizado primeiro pelo estado e hoje reivindicado pela população M'bya Guarani, verdadeira herdeira daquelas terras.

Palavras-chave: M'bya Guarani, missões jesuíticas, patrimônio missioneiro.

A Identidade em arqueologia pode e deve ser entendida como uma forma de interpretar o passado e desenvolve uma interlocução com a noção de alteridade, é processual, é composta por elementos heterogêneos, é híbrida culturalmente e é descentrada. Há uma associação entre cultura material (patrimônio) do período pré-conquista, com grupos missionarizados e a identidade étnica dos M'Bya Guarani da atual aldeia Alvorecer em São Miguel das Missões. Os Guarani que vivem hoje entre a Argentina e o Paraguai, a Bolívia e o Brasil, são identificados como pertencentes a cinco parcialidades entre elas os M'Bya (Souza, 1991).

Os Guarani diferente de outros grupos, que os missionários e viajantes-cronistas da conquista contataram em ampla área de florestas da América do Sul, delimitaram marcadamente seu território. Os M'Bya caracteristicamente nômades, em busca da *Terra Sem Mal*, não diferem hoje de seus antepassados (Seyer, 1988). A região Guarani (e hoje dos M'Bya) delimitava-se a Oeste do rio Paraguai (Gadelha, 1980) e ao Sul da confluência deste rio com o Paraná, o Oceano Atlântico era o limite oriental (Fernandes, 1989), ao norte Paranaguá, no litoral brasileiro e o sul a fronteira entre o Brasil e o Uruguai (Schmitz, 1958; 1968; 1991; Barrios Pinto, 1971). Este território se personificou com a conquista do território missioneiro em

¹ PPGMSPC – Curso de Antropologia – ICH/UFPel – Brasil.

grande parte. O território formou-se entre florestas e grandes rios tornando o domínio Guarani em pelo menos 350.000 km² (Naue et al., 1971). Concentrados no Chaco, contataram os espanhóis durante as primeiras investidas da Conquista, entre Assunção e os Andes (Schmidel, 1969/72). Depois foram reduzidos pelos jesuítas (Martins, 1988), cuja experiência sempre é referida como conhecida, mas na realidade apenas pelo olhar europeu e não pelo olhar indígena. Em contraponto às missões, a dizimação se colocava pela escravidão, nas “encomiendas” espanholas e pelas campanhas genocidas de portugueses e bandeirantes paulistas (Souza, 1990).

A memória das fronteiras Guarani remete a idéia de território como espaço de comunicação referido e atualizado por noções e conceitos próprios, uma idéia de inclusão e exclusão no pertencimento a coletividade. A fronteira marca dois lados, oposição entre diferentes, os Guarani e os não-Guarani (Martins, 1988). Fronteira também é limite que suscitava no espaço a preservação do amplo território Guarani, o Tekohá Guaçu (Restivo, 1893; Montoya, 1876). A fronteira é também integração como um limite abstrato que provoca a separação, mas que gera aproximações entre os diferentes, possibilita trocas, aprendizados e renovações.

Ao tratarmos de Tekohá Guaçu, a grande terra dos Guarani, identificamos nela, para este povo, o seu Patrimônio. Os não-índios sempre se questionam como preservar algo que não é compreendido (conhecido). Os Guarani lutaram por suas terras e ao perceberem a impossibilidade de combater os inimigos “brancos” incorporaram estes ao seu universo, a prática do cunhadasco, a aceitação das missões, a fuga para as áreas de mato, a manutenção da busca da Terra Sem Males (Clastres, 1978), e tantas outras manifestações no processo, se fizeram sentir (Souza, 1987). Contudo isto determinou uma parcela muito forte de encerramento, com mortandade pela espada e pela doença, etnocídios de parcialidades, subtração na sociedade envolvente, etc. O patrimônio para os não-índios está referido a um objeto pequeno, no máximo em casos ambientais a um terreno amplo, mas limitado à presença deste ou daquele nicho florestal (La Salvia e Brochado, 1989). O patrimônio Guarani é sua área de viver, que hoje tem se ampliado.

Fronteiras e identidades lembram alteridades e oposições. Nas “missões jesuíticas”, sempre assim descritas, normalmente referem-se ao domínio dos padres sobre os índios, pois sempre se coloca a idéia de “civilizado” e de “selvagem” (Dias, 1988). Há poucas referências aos domínios dos Guarani sobre estes povoados, criados pela intenção européia, mas fruto da ação indígena que os transformou em espaços de convivência. As “missões Guarani” (Popescu, 1967), diga-se assim, foram os locais de manutenção física de grupos oprimidos pelos estados de Espanha e Portugal diretamente, e dos estados em capitalização no mundo europeu

(Ruschel, 1988). A dinâmica Guarani (Soares, 1977 e 1991), incompreendida como um sistema estruturado, em aproximação ou distanciamento dos jesuítas, tem sido sempre referida dentro do modelo capitalista cristão na América do Sul. O que proponho, pela cultura material (Monticelli, 1995) e pelas próprias manifestações indígenas no passado e atuais, é que há uma versão ameríndia para estes lugares.

A ocupação da região, em que se estabelecem os últimos povoados missioneiros no Rio Grande do Sul, foi iniciada com a chegada de grupos caçadores coletores generalizados, conhecidos no meio arqueológico como “Tradição Umbu” (Prous, 1992), estes grupos detentores de uma tecnologia lítica (em pedra), bastante desenvolvida, estão datados desde 6.000 a.C. (8.000 AP). O destaque, ou fóssil diretor, desta tradição arqueológica são as pontas de flechas feitas em pedra (ponta de projétil lítica), que apresentam uma grande variedade de formas (Schmitz, 1976). Junto a estas são encontrados implementos líticos de grande beleza plástica e refinamento na sua produção (Naue, 1973). A área de dispersão e concentração humana era muito rarefeita tendo em vista as necessidades e formas de organização destes grupos (Kern, 1994).

A estes grupos, em um período mais recente, estão associados os assentamentos em “cerritos”, pequenas elevações de terra produzidas pelo homem em meio a áreas alagáveis, ou próximas destas, normalmente feitas por aterro hidráulico. Estes grupos, depois dispersos pelo pampa gaúcho, deram origem aos históricos Charrua e Minuano, índios com quem os colonizadores brancos fizeram contato. Também é possível indicar que estes se estabeleceram continuamente, até a chegada do europeu, nas encostas do planalto gaúcho e mantiveram boa parte de sua organização, mas sempre em contato com os grupos ceramistas que vieram a se assentar em suas cercanias (Kern, 1994).

Os horticultores Guarani, por volta de 100 d.C., migrantes originários da Amazônia, iniciaram a ocupação de diversas áreas no sul (Brochado, 1984). Grupos guerreiros (guarani quer dizer guerreiro), deslocando-se a pé ou em canoas, acompanhando os grandes rios, vão ocupando os locais outrora habitados pelos caçadores coletores. Alguns grupos remanescentes sofrem um processo de “guaranização” (interação cultural com forte apego a modelos guarani), ou são expulsos de suas terras ou dizimados. No município de Rio Grande estudos da cerâmica realizados por Mirian Carle (2002) indicam a possibilidade deste processo. Os assentamentos Guarani são grandes aldeias, com casas alongadas feitas de madeira, identificadas arqueologicamente por manchas escuras no solo, fruto da deposição orgânica de longo período de ocupação das áreas e o intenso uso dos recursos vegetais (Carle, 2002).

A estrutura social complexa em fase de pré-cacicado (Staden, 1998), possibilitava sua organização por regiões, dominadas por famílias extensas e laços matrimoniais de aliança. A sua cultura, tanto arqueológica como antropologicamente, é uma das mais estudadas no Rio Grande do Sul, sendo caracterizada pela cerâmica decorada (fóssil diretor). A abundância destes artefatos nos seus assentamentos possibilita sua localização com maior facilidade que os grupos anteriores (Kern, 1994).

A pesquisa arqueológica e lingüística que Brochado (1984) realizou permitiu o entendimento destes grupos antes da chegada dos europeus. Os Guarani são falantes do grande tronco linguístico Tupi. O Tupi apresenta duas divisões amplas na língua, o Guarani e o Tupinambá. Mas este termo foi aplicado também para outra forma de divisão:

- (a) Falantes das línguas tupi – famílias linguísticas Tupi: (1) tupi-guarani (incluindo Tupinambá e Guarani), (2) Arikém (3), Juruna (4), Mondé (5), Munduruku (6), Ramarama (7), Tupari. Línguas tupi isoladas: (1) Puruborá (2), Aweti, (3) Mawé;
- (b) As culturas arqueológicas Tupi (Guarani e Tupinambá);
- (c) As culturas Tupi etnohistóricas e etnográfica (Guarani, Tupinambá e todos os outros falantes das línguas das famílias linguísticas listados acima (a), cujo passado arqueológico não é conhecido).

Há evidências de que as culturas Guarani e Tupinambá etnohistóricas e etnográficas (c), que são oriundas dos Guarani e Tupinambá arqueológicos (b) e que falavam ambas as línguas da família Tupi-Guarani do tronco Tupi (a), portanto, eles participam dos dados arqueológicos, etnohistóricos, etnográficos e linguísticos.

Brochado (1984) publica datações absolutas para as ocupações destes grupos na América do Sul. As línguas tupi foram faladas de 5.000 AP (que é a estimativa glotocronológica para a origem da língua proto-tupi) até o presente. Cerca de 120 testes de radiocarbono (14C) em cerâmicas arqueológicas Tupi (Guarani e Tupinambá) foram estudadas pelo pesquisador que identificou a presença dos mesmos na região meridional da América do Sul entre 1.800 AP e 300 AP, sendo culturas Tupi etnohistóricas conhecidas desde 450 AP.

Brochado (1969) cria, dentro do Modelo do PRONAPA, Subtradições Regionais, sendo uma Guarani e outra Tupinambá. Esta divisão foi postulada a partir da sucessão do pintado corrugado e escovado, formando subtradições, um artefato-forma que produzia as freqüências

inventariadas nos sítios de cacos de cerâmica, com diferentes acabamentos de superfície, que quantificadas em diferentes regiões, possibilitaram tal reconhecimento.

Brochado (1984) destaca alguns destes sítios Guarani, nos moldes do sistema utilizado pelo PRONAPA, como importantes a serem considerados: as datações são para ele a grande referência destes sítios. O sítio de Rio Grande – Povo Novo, Fazenda Soares (trabalhado por Mirian Carle), recebeu datação em C14 – BP 580, BP 510, estando vinculado a Sub-tradição Guarani (para Brochado a Tradição Guarani). O Sítio Almeida – Tejupá – São Paulo teve datação por termoluminescência e C14 para o nível lítico entre 930 e 3.600 BP e no nível cerâmico (este só por termo) 560 B.P. – 470 B.P. São Miguel de Itaiacecó (Pedra Grande) apresenta um nível histórico datado entre 1.628 e 1.632.

Neste arrazoado de dados em três pontos específicos, é possível verificar a presença Guarani na região lagunar datável entre 580 e 510 AP, ou seja, saídos da Amazônia por volta do ano 1.000 a.C. chegam à região lagunar da Laguna dos Patos por volta do ano de 1400 d.C. (Pepnigotti e Almeida, 1961), junto com os Tupis (Tupinambá) em sua inserção até Tejupá em São Paulo. É possível identificar duas levas de migrantes amazônicos, um seguindo pelo interior da América do Sul até o litoral sul e outro pelo litoral até as cercanias de Tubarão, SC. Quando lá se encontram o conflito está posto, mas 200 anos depois a presença européia transformará completamente as relações entre estes e entre si. A data de presença dos jesuítas no interior do Estado é apresentada em 1628 de nossa era, com a formação da redução de São Miguel de Itaiacecó (Brochado, 1984, 1989).

Investiguei vários sítios Guarani no RS, mas intensamente os sítios existentes em Guaíba, na área do Distrito Industrial daquela cidade. O sítio arqueológico do Arroio do Conde está em parte na área do Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor, em Eldorado do Sul (pertencente à Guaíba até 1988) e em parte da propriedade particular no município de Guaíba, cortado pelo arroio que lhe deu o nome. Este sítio é considerado pelo arqueólogo especialista em Guarani, José Joaquim Brochado (CEPA-PUCRS), um dos sítios arqueológicos mais importantes da região metropolitana. Foi identificado por Sérgio Leite (1975) e foi alvo de uma das mais intensas descrições sobre o modelo etnoarqueológico de aldeia e de processo de subsistência Guarani, produzido pelo arqueólogo Francisco da Silva Noelli, em 1993.

O especialista Sérgio Leite realizou coleta de material e sondagens. Na escavação do sítio foram encontrados além de fragmentos cerâmicos (muitos de um “cambuchi”, conhecidos como urna funerária), cinco dentes humanos, sendo uma única pessoa do sexo feminino com idade entre 11 e 12 anos. O material cerâmico e lítico (em pedra) foi estudado, possibilitando o

reconhecimento de formas cerâmicas típicas dos Guarani: tigelas ovóides, em meia calota, painéis de lábio redondo, painéis de borda extrovertida, tigelas de beber em ângulo obtuso, tigela rasa de beber, pequeno copo, tigela decorada internamente e cambuchi policromado (urna funerária) [Laroque, 1996: 106]. O trabalho de Francisco Noelli, “Sem Tekohá não há Teko”, investiga o sítio Arroio do Conde e procura inferir toda uma relação espacial de padrão de subsistência Guarani dentro de um raio de 50 km. Visitei sua parte norte dentro da área da Fundação Desidério Finamor, onde há grande degradação por retiradas sucessivas de areias.

O estudo da ocupação na área arqueológica foi realizado por equipe da PUCRS. Destaca-se a presença do sítio do Arroio do Conde, em área próxima, passível de relação com outro sítio localizado mais a sul e relacionável ao modelo levantado por Francisco Noelli. O estudo enfatiza a idéia de Noelli (1993: 249): onde um “*guâra*” é tudo o que está contido dentro de uma região qualquer, sendo composto de até 40 aldeias, unidas por laços de parentesco e reciprocidade, com vida material e simbólica comum, divididos em “*tekohá's*”, cujas sedes seriam as aldeias (hoje sítios arqueológicos). Esta percepção foi ampliada recentemente por Bartomeu Meliá (informação pessoal em Dourados, 2010) na criação do que fica conhecido como Tekohá Guaçu, uma ampla terra Guarani envolvendo lugares de ocupação na Argentina, Uruguai, Brasil, Paraguai, Bolívia, Colômbia e Chile.

O índio Guarani ocupou várias regiões: no Rio da Prata, nas bacias dos principais rios da América do Sul abaixo do trópico de Capricórnio, e no atual do Rio Grande do Sul os vales dos grandes rios, região lagunar e litoral (Tocchetto, 1991 e 1998). Esta ampla ocupação potencializou sua dinâmica organização social e possibilitou, sem escalas, a formação de um território reconhecido como reinos pelo europeus dos contatos iniciais (Schmidel, 1969/72, Cabeza de Vaca, 1987). Estes contatos identificaram as viabilidades do processo reducional que se seguiria aos conflitos iniciais na ocupação da terra.

A palavra redução muitas vezes é associada a idéia de missão jesuítica, de forma análoga, mas são duas expressões diferentes: a redução é o ato de reduzir os índios a civilização, colocá-los no que se entendia por civilização na época, as cidades; missão é a ação que os jesuítas vinham realizar na perspectiva de difundir a fé cristã (Sepp, 1958 e 1972). São interrelacionadas, pois ao reduzir à civilização se catequizava na fé cristã (HD, 1941). As reduções foram um modelo cuidadosamente preparado pelos jesuítas, e mesmo por outras ordens religiosas, para enquadrar os conquistados (o termo conquista é usual dos europeus neste período) de maneira a constituírem novos produtores e se integrarem nas sociedades mandatárias (Vianna, 1970). As reduções jesuíticas possuíam um traçado que postulava claramente esta intenção. Fazia-se a divisão clara entre índios comuns e os líderes, estes chamados de Dons

(nobreza, em termos espanhóis, fidalguia em termos portugueses) (Kern, 1982; Gutierrez, 1987).

O processo reducional teve início em Juli, no Perú, onde mais de 30.000 índios foram ajuntados em uma grande cidade, o que possibilitou aos senhores das minas recolher estes por “mitas” e “encomiendas”, as formas de uso dessas gentes como trabalhadores sem pagamento. Este desastre reducional levou os jesuítas a repensarem suas formas de estabelecer as reduções e a criar regras mais claras para sua formação. Assim, no Guayrá (Cardozo, 1938), entre os anos de 1585 e 1631 (Jaeger, 1957), deu início o processo reducional dos Guarani. As ações dos índios Tupi em conjunto com os portugueses de São Paulo levaram à derrocada deste primeiro espaço (De Angelis, 1969/72). Nova tentativa com mesmo desfecho ocorreu na região central do atual estado do RS, nas missões Tape, entre 1615-1641 (Cortesão, 1956, 1969). O processo foi retomado em definitivo na grande Província Jesuítica do Paraguai, onde trinta povos (Bruxel, 1987) entre os anos de 1611-1755, mantiveram as estruturas que marcam o entendimento atual quando se fala sobre Missões (Viana, 1970). Entre estes trinta povoados estavam os Sete Povos das Missões, como são chamados os povoados de São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São Miguel, São João Batista e Santo Ângelo. Sua história é conhecida, pois em 1750, foram entregues aos portugueses em troca da Colônia do Sacramento na embocadura do Prata (Bruxel, 1987).

A redução de Santo Ângelo Custódio foi criada em 1707 e é o último povoado Guarani na expansão para leste, instalada na região sudeste do Rio Ijuí, em local que se mostrou pouco afeito ao estabelecimento do povoado, deslocado então para área ultrapassando o rio Ijuí, contrariando as intenções iniciais dos jesuítas, conforme a historiografia, pois ficaria menos protegido das ações do inimigo não tendo o grande rio como limite físico a ações militares dos portugueses (Flores, 1986).

Após o tratado de 1750, o território dos Sete Povos foi entregue aos portugueses, mas a população guarani recusou-se a abandoná-lo, originando a Guerra Guaranítica. Em 1756, os Sete Povos foram ocupados pelos exércitos espanhóis e portugueses, para obrigar o cumprimento do Tratado de 1750. Em São Miguel, um incêndio destruiu parte da residência dos padres e da igreja. Parte da população abandonou o povoado, dirigindo-se para território hoje argentino e parte, em 1757, acompanhou o exército português quando este voltou para Rio Pardo (Flores, 1986).

Em 1762, a Redução, juntamente com todo o território dos Sete Povos, foi devolvida aos guaranis e jesuítas, mas, em 1768, os jesuítas foram expulsos. Santo Ângelo e as demais

passaram a ser administrados por funcionários espanhóis. Em 1801, houve nova ocupação, com incorporação definitiva ao império português e ao território do Brasil. Em 1828, durante a Guerra da Cisplatina, os Sete Povos foram outra vez invadidos, pelo uruguaio Frutuoso Rivera. Houve um saque generalizado e parte da população acompanhou as tropas de Rivera para o Uruguai (Haubert, 1990).

Os povoados missioneiros estruturavam-se, especialmente, em torno de uma praça, a Praça Maior ou Praça de Armas espanhola — espaço organizador da trama urbana em todos os núcleos espanhóis na América. Três dos lados da praça eram definidos pelas casas dos índios. Eram prédios retangulares, subdivididos em células, ocupadas cada uma por uma família, circundadas por um alpendre. O terceiro lado da praça era fechado pelo conjunto de espaços comunais. Era centralizado pela igreja, no eixo norte-sul da praça e da principal rua de acesso. De um lado da igreja situava-se o colégio (residência dos padres), circundando um grande pátio alpendrado, como os claustros medievais. Ao lado do colégio havia o prédio dos depósitos e oficinas de arte e artesanato, em torno a outro pátio. Do outro lado da igreja estava o cemitério, com acesso pela praça. Próximo a ele, o cotiguaçu, ou casa de recolhimento de viúvas e órfãs, também construído em torno a um pátio. Todos esses prédios eram circundados, externa e internamente, por alpendres. Outros espaços edificados completavam os povoados missioneiros, com localizações variáveis e ainda hoje pouco conhecidas: hospital; hospedaria (tambo); olaria; fundição; depósitos; currais, fontes e capelas. Nas roças e lavouras em torno dos povoados, os habitantes mantinham casas de palha (Gutierrez, 1987).

Esta estrutura visava exatamente manter o sistema que há menos de cem anos estava sendo implementado nos países católicos que é conhecido como cidade capitalista (Poenitz, 1991). A proposta é que este sistema moldaria os novos cristãos indígenas e possibilitaria a sua integração ao modelo europeu, sem nenhum problema. A verdade é que os índios adaptaram o seu sistema cosmológico a estas novas estruturas especiais, mantinham sua indolência (Souza, 1990) e reproduziam suas intenções. Após a derrocada das missões, retomam a sua busca pela Terra Sem Males (Clastres, 1978; Seyer, 1988).

Os Guarani incorporam os jesuítas à sua cosmologia, os enquadram como Guarani históricos, ou seja, que estes eram Guarani e não europeus (Vietta, 1992). Esta noção de ancestralidade, que é sustentada pelo menos pelos M'Bya, coloca uma chave na reivindicação atual destes em relação aos Sete Povos no Brasil. A lei de reposição das terras indígenas vem sendo reivindicada pelos índios para o patrimônio missioneiro.

O fato se torna cada vez mais grave, pois hoje os Guarani estão inseridos no espaço de São Miguel Arcanjo, Patrimônio Mundial decretado pela UNESCO. O que alguns funcionários do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) têm tentado fazer é descaracterizar os M'Bya como índios descendentes dos índios missionarizados para impedir que estes tomem posse sobre o que historicamente lhes pertence. Por outro, a Superintendência Regional (informação oral da Superintendente da 12.ª SR-IPHAN, Ana Meira, outubro 2010; informação oral José Otávio de Souza, UFRGS, que deu início ao Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, novembro de 2010) atua no sentido de transformar o patrimônio material que é o povoado de São Miguel em Patrimônio Imaterial.

É importante historiar este processo de presença guarani em São Miguel: no século XX, não podiam permanecer na área, sendo sempre empurrados para áreas mais longe. Depois do processo de tombamento em 1937, pelo Patrimônio Nacional, estes tiveram as primeiras permissões de permanecer perto, mas fora das vistas dos visitantes. Com o tempo, passaram a ocupar a área da antiga Fonte Jesuítica no quadrante sudeste da cidade, e meio a pequeno mato ali existente. Com a descoberta da fonte missioneira, esta área foi cercada (1988); mesmo assim, permaneciam próximo a ela. A partir de 1990, depois de vários estudos, um espaço mais permanente se efetivou na área da fonte, onde construíram uma "Opy", casa de reza. No final da década de 1990, receberam uma casa de passagem dentro da área cercada do povoado de São Miguel Arcanjo. Receberam também uma área de mato em meio a um assentamento do MST, a 40 km do povoado. Ali se fixou a aldeia Alvorecer, hoje local de visitação turística e onde os M'Bya vivem, se deslocando para a casa de passagem no sítio arqueológico para vender seu artesanato.

A relação com o antigo povoado foi intensamente retomada e hoje reivindicam a propriedade ancestral sobre a área. Isto lhes vem sendo negado, pelo interesse que os governos têm em manter aquela área sobre o domínio público, com fins patrimoniais. Os interesses patrimoniais dos M'Bya não estão nem mesmo sendo discutidos; pelo contrário, se alega que estes não foram missionarizados e são estrangeiros, pois vivem também no Paraguai, não tendo direitos memoriais sobre aquela área.

"Quando os humanos da cidade petrificada largarem as armas do intelecto essa contribuição será aceita. Nesse momento entraremos no ciclo da unicidade e a Terra Sem Males se manifestará no reino humano." (Kuarai Poty – Tekoá Koenju Ojexauka [Cacique Ariel – Aldeia Alvorecer] Pelotas 27 de novembro de 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Áureo Nunes de – Depósitos arqueológicos do Município de Rio Grande. In: *Anais Do VI Simpósio Sul-Riograndense de Arqueologia*. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, 1993, p. 43-52.

ALMEIDA, João Ferreira de (trad.) – *A Bíblia Sagrada*, Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil. 1969.

ASPURZ, P. Lázaro de *La aportación extranjera a las misiones españolas del patronato regio*. Madrid: Consejo de la Hispanidad, Espasa-Calpe, S.A., 1946.

ASSIS, Valéria Soares de – *A Espacialidade Tupinambá*. Porto Alegre: PUCRS. 1996. Dissertação de Mestrado.

ASSIS, Valéria Soares de – Pesquisas Etnoarqueológicas para Pesquisas em registros Arqueológicos Guarani. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul: CEPA/UNISC. Vol. 23, n.º 29, (Jan./Jun. 1999) p. 228-32.

AVE-LALLEMANT, Robert – *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. São Paulo: Itatiaia, EdUSP, 1980.

AZARA, Felix *Descripcion e Historia del Paraguay y del Rio de La Plata*. Buenos Aires: Ed Bajel, 1943.

BARRIOS PINTO, Aníbal – *Historia de los Pueblos Orientales*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1971.

BERNARDI, Mansueto – “O Governo Temporal das Missões e o Padre Sepp”. *Pesquisas*. Porto Alegre: Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP). N.º 2 (1958).

BRACCO BOKSAR, R., et al. – Arqueologia y media ambiente en la Cuenca de la Laguna Merin. *IX Congreso Nacional de Arqueologia Argentina – 1988*. Buenos Aires, 1989.

BROCHADO, J. J. P.; MONTICELLI, Gislene & NEUMANN, Eduardo – “Analogia Etnográfica na Reconstrução Gráfica das Vasilhas Guarani Arqueológicas”. *Veritas*. Porto Alegre: PUCRS. N.º 140, RS 35 (Dezembro, 1990).

BROCHADO, José J. P. – A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. *Dédalo*. São Paulo: USP. N.º 27 (1989), p. 65-82.

BROCHADO, José Joaquim Justiniano Proenza – “Arqueologia Descritiva das Jazidas Paleo-etnográficas da Região Sul do Brasil”. *Revista Universidade Católica Sul-riograndense de Pelotas – Arqueologia*. Faculdade Católica de Filosofia, Serviço de Pesquisas e Publicações, Seção de Etnografia e Arqueologia: Pelotas. N.º 1, seção I, 1961.

BROCHADO, José Joaquim Justiniano Proenza – “Dados parciais sobre a Arqueologia do Vale do Ijuí”. *Pronapa*. Belém: Museu Emílio Goeldi. Vol. 2 (1969).

BROCHADO, José Joaquim Justiniano Proenza – *Desarrollo de la tradicion cerâmica Tupiguarani (A.D. 500-1800)*. Porto Alegre: UFRGS, IFCH, Depto de Ciências Sociais, Gabinete de Arqueologia. Publ. n.º 3 (1973).

BROCHADO, José Joaquim Justiniano Proenza – “O Guarani: Conquistador Vencido”. In *O Índio no Rio Grande do Sul: Perspectivas*. Comissão Executiva de Homenagem ao Índio – CEHI, Biênio da Colonização e Imigração, Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1975.

BROCHADO, José Joaquim Justiniano Proenza – *An ecological modelo of the spread of pottery and agriculture into eastern South América (Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul)*. Illinois, EUA: Universidade do Illinois em Urbana – Champaign, Urbana, 1984. Tese de Doutorado.

BROCHADO, José Joaquim Justiniano Proenza – “A Expansão dos Tupi e a Cerâmica Amazônica”. *Dédalo*. São Paulo: Museu da USP, 1989.

BROCHADO, José P. e MONTICELLI, Gislene – Regras Práticas na Reconstrução Gráfica das Vasilhas de Cerâmica Guarani a partir dos Fragmentos. *Revista Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS. Vol. XX, n.º 2 (1994), p. 107-18.

BROCHADO, José P.; MONTICELLI, Gislene e NEUMANN, Eduardo Santos – Analogia Etnográfica na reconstrução gráfica das Vasilhas Guarani Arqueológicas. *Veritas*. Porto Alegre. Vol. 35, n.º 140, (Dezembro 1990), p. 727-743.

BRUXEL, Arnaldo – *Os trinta povos guaranis*. 2.ª ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1987.

CABEZA DE VACA, Álvar Nuñez – *Naufraágios e comentários*. São Paulo: Ed. L&PM, 1987. Vol. 3. (L&PM/ História, Série “Os Contemporâneos”).

CARDOZO, Ramón I – *La antigua Provincia del Guayrá y la Villa Rica del Espíritu Santo*. Buenos Aires: Libreía y Casa Editora de Jesús Menéndez, 1938.

CARLE, Mirian Baptista – *Investigação Arqueológica em Rio Grande: Uma proposta da ocupação Guarani pré-histórica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PPGH – PUCRS, Dezembro de 2002. Dissertação de mestrado.

CESAR, Guilhermino – *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801): Estudo de fontes primárias da História Rio-grandense acompanhada de vários textos*. 2.ª ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1981.

CLASTRES, Hélène – *Terra sem mal. Ensaio de Almanaque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

CORTESÃO, Jaime – *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. (Manuscritos da Coleção De Angelis, Vol. II), Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Div. Publ. e Divulg., 1956.

CORTESÃO, Jaime – *Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)*. (Manuscritos da Coleção De Angelis, Vol. III), Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Div. Publ. e Divulg., 1969.

COSTA, Cristiane Oliveira da e CARLE, Mirian Baptista – Análise do material cerâmico Guarani de Povo Novo, Rio Grande, RS. *Histórica*. Porto Alegre: PUCRS. Nº 3 (1998), pp. 33-44.

COSTA, Maria Heloísa Fénelon e MALHANO, Hamilton Botelho – A Habitação indígena brasileira. In *Suma Etnológica Brasileira, Vol 2 – Tecnologia Indígena*. Petrópolis: Vozes. 1987, pp. 27-94.

DE ANGELIS, Pedro – *Collección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Río de la Plata*. Tomo Sexto. Buenos Aires: Plus Ultra, 1969/72.

DIAS, Carlos A – O Índio e o Invasor, Confrontação dos Povos Indígenas do Brasil com o Invasor Europeu, nos séculos XVI e XVII. *Clio*. Recife: UFPE. N.º 10 (1988). Revista do Mestrado em História.

FERNANDES, Florestan – *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Ed. Hucitec-UNB, 1989.

FLORES, Moacyr – *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. 2.ª ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1986.

FLORES, Moacyr – *História do Rio Grande do Sul*. 2.ª ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.

GADELHA, Regina Maria A. F. – *As Missões Jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguay, Séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980.

GUTIERREZ, Ramon – *As Missões Jesuíticas dos Guaranis*. Rio de Janeiro: Unesco, 1987. Bilíngüe.

H. D. – *Ensayo de historia patria*. 7.ª ed. Montevideo: Casa A. Barrero y Ramos S. A., 1941. Tomo I. Obra Adaptada a los Programas de Maestro y de Bachillerato.

HAUBERT, Máxime – *Índios e jesuítas no tempo das Missões*. São Paulo: Círculo do Livro, Companhia das Letras, 1990.

JAEGER, L. Gonzaga – *La Compañía de Jesús en el Antiguo Guairá (1585-1631)*. *Pesquisas*. Porto Alegre: Colégio Anchieta. Vol. 1, IAP (1957).

KERN, Arno Alvarez – *Missões: uma Utopia Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KERN, Arno Alvarez – *Arqueologia Histórica, a História e os Trinta Povos das Missões*. *Clio* – Série Arqueologia. Recife: UFPE. N.º 5 (1989).

KERN, Arno Alvarez – *Antecedentes Indígenas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

LA SALVIA, Fernando e BROCHADO, José P. – *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva – *Guaíba no Contexto Histórico-Arqueológico do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. Monografia final de curso de História.

MARTINS, Maria Cristina Bohn – A Antropologia e os Guaranis. *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo: UNISINOS. Vol. 24, n.º 104 (Junho/Julho), 1988.

MARTINS, Nestor – A Missão como Instrumento de Colonização da Ibero-América. *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo: UNISINOS. Vol. 24, n.º 106 (Setembro/Outubro, 1988).

MELIÁ, Bartomeu – O Guarani Reduzido. In HOORWAERT, Eduardo – *Das Reduções Latino-Americanas às lutas indígenas atuais*. IX Simpósio Latino Americano de CEHILA, Manaus (29 de julho a 1 de agosto de 1981). São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

MONTICELLI, Gislene – *Vasilhas de Cerâmica Guarani: um resgate da memória entre os Mbyá*. Porto Alegre: PUCRS, 1995. Dissertação de mestrado.

MONTOYA, Antonio Ruiz de – *Vocabulario y tesoro de la lengua Guarani (Ó mas bien Tupi)*. Viena-Paris: Faesy y Frick, Maisonneuve y Cia, 1876. Vols. I e II.

NAUE, Guilherme ; SCHMITZ, Pedro I. ; BASILE BECKER, Ítala I. – Sítios arqueológicos no Município de Rio Grande. Pesquisas, Antropologia n.º 18, Estudos Leopoldenses n.º 9. *Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1968. pp. 141-52.

NAUE, Guilherme – Dados sobre o estudo dos cerritos na área meridional da Lagoa dos Patos, Rio Grande, RS. *Veritas*. Porto Alegre. Tomo XVIII, n.º 71 (Setembro 1973), pp. 246-269.

NAUE, Guilherme; SCHMITZ, Pedro I.; VALENTE, Wander; BASILE BECKER, Ítala I.; LA SALVIA, Fernando; SCHORR, Maria H. – Novas perspectivas sobre a arqueologia de Rio Grande-RS. In *O Homem antigo na América*. São Paulo: Instituto da Pré-história da Universidade de São Paulo, 1971. pp. 91-122.

NOELLI, Francisco Silva e LANDA, Beatriz – Tesoro y Vocabulário de Antonio Ruiz de Montoya – Fonte Primária em Detalhe Para Uma Etnoarqueologia Guarani. In *Anais do IX Simpósio Nacional de Estudos Missionários – As missões depois da Missão* (8 a 10 de outubro de 1991). Sta. Rosa: UNIJUI – Campus Sta. Rosa, 1991.

NOELLI, Francisco – *Por uma revisão das hipóteses sobre os centros de origem e rotas de expansão pré-históricas dos Tupi*. Revisão do texto publicado no Boletim da ABA 20:16 com Fabíola Silva, José Brochado e Felipe Escosteguy. Editorado. 1994.

NOELLI, Francisco – *Sem Tekohá não há Teko*. (Em busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e Sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Jacuí-RS). Porto Alegre: PUCRS. 1993. Dissertação de mestrado.

PEPNIGOTTI, Oscar e ALMEIDA, Áureo Nunes de – *Depósitos arqueológicos do Município de Rio Grande*. 1961. Mimeo.

POENITZ, Alfredo J. Erich – La Disolucion de las Misiones Argentinas Post-Jesuíticas – Uma Etapa (1819-1827). In *Anais do IX Simpósio Nacional de Estudos Missionários – As missões depois da Missão* (8 a 10 de outubro de 1991), Sta. Rosa: UNIJUI – Campus Sta. Rosa, 1991.

POPESCU, Oreste – *El sistema económico en las Misiones Jesuíticas*. 2.ª ed. Barcelona: Ed. Ariel, 1967.

PROUS, André – *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

RESTIVO, Paulo – *Vocabulario de la lengua guarani (MONTROYA)*. Stuttgartardiae, 1893.

RUSCHEL, Ruy – Localização da Sede Jesuítica da Missão dos Patos (1605-1607). *Estudos leopoldenses* São Leopoldo: Unisinos. Vol. 24, n.º 106 (Setembro/Outubro, 1988).

SCHMIDEL, Ulderico – Viaje al Río de la Plata y Paraguay – 1838. In *Colección de obras*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1969/72.

SCHMITZ, P. Ignácio – Parapeiros Guarani em Osório (Rio Grande do Sul). *Pesquisas*. Porto Alegre: IAP. N.º 2 (1958).

SCHMITZ, Pedro I. – Grandes complexos de cerâmica indígena no Sul do Brasil. *Pesquisas, Antropologia* n.º 18, *Estudos Leopoldenses* n.º 9. *Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1968, pp. 127-40.

SCHMITZ, Pedro Ignácio – Migrantes da Amazônia: A Tradição Tupiguarani. In *Pré-história do Rio Grande do Sul*. Documentos 05. São Leopoldo: UNISINOS, 1991, pp. 31-66.

SCHMITZ, Pedro Ignácio – *Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, Inst. de Filosofia e Ciências Humanas, 1976. 237 p. Tese (Livre-Docência).

SEPP, Antônio – Algumas Advertências Tocantes al Gobierno Temporal de los Pueblos. *Pesquisas*. Porto Alegre: IAP. N.º 2 (1958).

SEPP, Antônio – *Viagens às Missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos*. Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo: EdUSP, Livr. Martins Fontes, 1972.

SEYER, Walter – Yvy Mará'ey Terra Sem Mal. *Estudos leopoldenses*. São Leopoldo: Unisinos. Vol. 24, n.º 106 (Setembro/Outubro, 1988).

SOARES, André Luis R. – O Sistema de Parentesco Guarani - Uma Apresentação dos Termos Presentes no Tesoro, de Montoya. In *Anais do IX Simpósio Nacional de Estudos Missionários – As missões depois da Missão*, 8 a 10 de out. de 1991, Santa Rosa: Unijuí – Câmpus Santa Rosa, 1991.

SOARES, André Luis – *Guarani: Organização Social e Arqueologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1977.

SOUZA, J. O. – Catafesto *Uma introdução ao sistema técnico-econômico Guarani*. Antropologia Social, UFRGS, IFCH, Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 1987. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, J. O. – Catafesto "Uma Análise do Discurso Missionário: O Caso da Indolência e Imprevidência dos Guaranis. *Véritas*. Porto Alegre. Vol. 35, n.º 140, (Dezembro, 1990).

SOUZA, J. O. – Catafesto "A Pesquisa de Fontes da Etno-História Indígena no RS: Notícias Prévias. *Véritas*. Porto Alegre: PUCRS. Vol. 36, n.º 143 (1991).

STADEN, Hans – *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens*. Rio de Janeiro: Dantes, 1998.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin – *A cultura material do Guarani missioneiro como símbolo de identidade étnica*. Antropologia Social. Florianópolis – SC: UFSC, 1991. Dissertação de mestrado.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin, KERN, Arno (org.) – A cerâmica Guarani missioneiro como símbolo de identidade étnica. In *Arqueologia histórica missioneira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

VIANNA, Hélio – *Manuscritos da Coleção De Angelis – IV – Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – Divisão de Publicações e Divulgação, 1970.

VIETTA, Katya – *Mbyá: Guarani de Verdade*. Porto Alegre: PUCRS, 1992. Dissertação de Mestrado.